

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

NOVAS FORMAS DE URBANIZAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: UM ESTUDO DA  
DISPERSÃO RESIDENCIAL URBANA

Sandra Maria Fonseca da Costa (Universidade do Vale do Paraíba)

Diogo Corrêa da Silva (Universidade do Vale do Paraíba)

# **NOVAS FORMAS DE URBANIZAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: UM ESTUDO DA DISPERSÃO RESIDENCIAL URBANA**

## **RESUMO**

A cidade de São José dos Campos, localizada no estado de São Paulo, tem apresentado um intenso crescimento periférico, o qual tem se dado em duas direções: através da proliferação de loteamentos clandestinos e através do aumento no número de loteamentos voltados para a classe média/alta, na forma de chácaras, ou mesmo através da intensificação da verticalização. Neste contexto, se tem observado um crescimento da cidade em direção a algumas áreas ambientalmente frágeis, áreas essas, na maior parte, localizadas na periferia norte ou leste do perímetro urbano. Assim, este trabalho tem como objetivo estudar o crescimento da cidade de São do José dos Campos, assim como analisar quais são as novas formas de urbanização, que surgiram entre 1997 e 2005.

## **1 – Introdução**

O município de São José dos Campos, localizado no estado de São Paulo, figura entre aquelas áreas profícuas no que diz respeito a problemas sócio-espaciais e, portanto, também no que tange à possibilidade de estudos acadêmicos. Apesar de possuir o 5º maior PIB do estado de São Paulo, esta riqueza não aparece na forma como a área urbana do município tem se expandido, a qual é reflexo das políticas públicas que não privilegiam a cidade da maioria pobre. Investimentos em infra-estruturas são predominantemente direcionados às áreas que não têm necessidades emergenciais. Este investimento tem redirecionado o crescimento urbano para setores periféricos valorizados no mercado imobiliário.

Freitas (2204) havia ressaltado que, a exemplo do que vem ocorrendo em outras cidades brasileiras, em alguns setores periféricos da cidade de São José dos Campos têm surgido um outro tipo de ocupação residencial. São condomínios fechados, alguns de chácaras de recreio, destinados às classes de maior poder aquisitivo, dispostas a percorrer longas distâncias diárias para fugir da aglomeração e da insegurança das áreas centrais. No entanto, para esses locais, são atraídos uma série de serviços que, juntamente com a infraestrutura já existente, acabam transformando o “longe” em “perto”.

Dessa forma, à medida que a cidade cresce, ocupando antigas áreas rurais e ambientalmente frágeis, reforça-se a segregação residencial, definindo de forma clara a cidade dos ricos e a cidade dos pobres.

Considerando estes aspectos, esta pesquisa teve como objetivo estudar o crescimento da cidade de São do José dos Campos entre 1997 e 2005, assim como analisar as novas formas de urbanização, que têm ocorrido em São José dos Campos, como uma repetição daquilo já vem sendo observado em outros municípios: a dispersão residencial.

Para definir as áreas urbanas, foram utilizados produtos de sensoriamento remoto obtidos nos anos desejados: mosaico de fotografias aéreas obtidas em 1997 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no formato digital, disponível na Prefeitura

Municipal de São José dos Campos (PMSJC); fotografias aéreas digitais, obtidas em 2000, pela PMSJC; imagem pancromática obtida pelo sensor PAN do satélite SPOT, com resolução espacial de 2,5 metros.

Os produtos de sensoriamento remoto mencionados, foram manipulados utilizando as funções disponíveis no *software* Arc-Gis, sistema de informações geográficas desenvolvido pelo ESRI. Estas funções foram: Editor, para digitalização/mapeamento da mancha urbana, TOPOLOGY, para correção das linhas digitalizadas; Xtools, que possibilitou estabelecer as áreas, em km<sup>2</sup>, das áreas urbanas, por ano e por setor da macrozona urbana: Sul, Norte, Leste, Oeste, Centro e Sudeste (figura 1).

Cabe ressaltar que a mancha urbana para o ano de 1997 já havia sido interpretada por Costa (2001). Porém, houve a necessidade de se mapear a área urbana de 1997 outra vez pois anteriormente foi utilizado uma imagem SPOT/PAN, 20 metros de resolução e para esta pesquisa foi utilizada o mosaico digital, obtido no mesmo ano porém com melhor possibilidade de extração de informação.

## **2 – Crescimento Urbano e Dispersão Urbana**

Souza (1999), na mesma linha, esclarece que o “o urbano é a expressão espacial do modo de produção: é mundial, abstrato. O mundo capitalista é urbano. Indo mais além, o mundo hoje é urbano. Já a cidade é o concreto, onde vivem os cidadãos: é o material, o conjunto de infra-estruturas, dos equipamentos, enfim de toda a materialidade que permite a vida coletiva de um conjunto cada vez maior de cidadãos coabitando”.

De acordo com Villaça (1998), o estudo das formas é, sem dúvida, o estudo do espaço urbano mas não é específico do espaço urbano, ou seja, são atributos do espaço como um todo. “No entanto, para explicar as formas urbanas – os bairros, as direções de crescimento, a forma da mancha urbana, a verticalização, densidades etc – é indispensável considerar as relações de determinado ponto, ou conjunto de pontos, com todos os demais pontos do espaço urbano” (Villaça, 1998).

A forma do espaço urbano é a materialização do desenvolvimento contínuo do capitalismo (Gottdiener, 1993). Assim, os traços distintivos da morfologia espacial urbana estão dialeticamente relacionados com as mudanças estruturais na organização social.

De acordo com Campos Filho (1992), o processo de crescimento das cidades (apoiado na industrialização rápida, provocadora de uma escassez de recursos a serem investidos nas cidades, e concentração de renda social, que termina por ser também espacial, dando-se nas partes mais centrais dos núcleos urbanos e em alguns bairros privilegiados) propicia a elevação dos preços dos terrenos. Assim, a cidade capitalista típica do terceiro Mundo, na medida que experimenta um crescimento acentuado, aos poucos expressa na sua forma e na sua estrutura todo o conteúdo social, típico das relações sociais que aí predominam, relações sociais extremamente desiguais, conflituosas e antagônicas (Borzacchiello apud Carlos, 1994).

Dessa extrema desigualdade ocorre a segregação. Lago (2000) afirma que a noção de segregação está atrelada às novas espacialidades que emergem nas grandes cidades capitalistas, em especial os espaços residenciais excludentes das camadas sociais superiores. Para esse autor, esta alternativa habitacional dirigida aos segmentos sociais médios começou a se expandir nas áreas mais distantes das cidades: são condomínios fechados, horizontais ou verticais, localizados fora das áreas centrais, onde o baixo valor da terra tem viabilizado a compra do imóvel. Trata-se da emergência de novos espaços nas periferias que segregam e excluem não apenas pelo preço do acesso mas, especialmente, pelos muros e sistemas de controle e segurança.

Nas cidades brasileiras, o modelo tradicional de crescimento – ricos na área central e a pobreza cada vez mais empurrada para a periferia – acentuou-se no século XX. Apenas depois dos anos 1970, algo semelhante ao modelo americano (sub-urbanização) surgiu em algumas cidades, com edificação de condomínios ricos em terrenos afastados (Bógus e Taschener, 2000). Para alguns autores, esta tendência tem sido caracterizada como urbanização dispersa (Reis, 2006). De acordo com Reis (2006), vem ocorrendo a formação de áreas urbanas na periferia de algumas cidades, em descontinuidade ao tecido já existente e a formação de novos núcleos, com múltiplas formas de utilização, em pontos mais isolados que correspondem mais exatamente ao que o autor define como urbanização dispersa ou difusa. Em muitos casos, esta dispersão se dá pela multiplicação de condomínios horizontais fechados.

Uma das causas da multiplicação das formas condominiais é a facilidade de acesso aos serviços urbanos por parte dessa população, principalmente a segurança particular e a possibilidade de desfrutar de amenidades físicas. Com a intensificação de seu uso, o tecido urbano tende a se transformar numa colcha de retalhos de formas condominiais, isoladas entre si, como as comunidades norte-americanas (Reis, 2006:45). Ottaviano (2006:1) afirma que, atualmente, na realidade latino-americana, pode-se identificar dois tipos fundamentais de motivação para a escolha dessa forma de moradia: a principal é a segurança e, a secundária, a volta de uma forma antiga de apropriação do espaço (os moradores usando o espaço coletivo dos condomínios como antes usavam as ruas e as áreas públicas da cidade).

Lago (2000) afirma que os condomínios fechados, horizontais ou verticais, aparecem como uma outra alternativa habitacional dirigida aos segmentos sociais médios, Estes são localizados fora das áreas centrais, onde o baixo valor da terra tem viabilizado a compra do imóvel. Trata-se da emergência de novos espaços nas periferias que segregam e excluem não apenas pelo preço do acesso mas, especialmente, pelos muros e sistemas de controle e segurança.

A urbanização dispersa tem sido caracterizada dentro da literatura de planejamento e políticas públicas como uma forma distinta de crescimento urbano, dispersa e ineficiente, desorganizada na configuração e altamente dependente do carro, como ressaltam Hasse e Lathrop (2003). Para esses autores, os custos e as externalidades negativas da urbanização dispersa têm sido enormemente documentado. Há posicionamentos contrários e a favor do processo, porém existe um consenso de que este é o resultado da atuação do mercado imobiliário, do direito do consumidor e um reflexo das políticas públicas. Enfaticamente, a lógica do mercado de terra define a ocupação do espaço, ou seja, as pessoas são providas por direitos diferentes de acesso à terra e sua qualidade ambiental em função da capacidade social.

Squires (2002:2) define urbanização dispersa como um padrão do crescimento urbano e metropolitano que se reflete na baixa densidade, na dependência do automóvel, no desenvolvimento de uma forma de auto-segregação espacial, localizada na franja urbana. Alguns problemas, nas cidades americanas, já começam a surgir, tais como

congestionamentos diários nos principais eixos viários, fragmentação da política de planejamento de uso da terra, desvalorização do senso de comunidade entre os residentes.

Neste sentido, discutir este fenômeno, que tem afetado as cidades brasileiras, é importante no sentido de contribuir na elaboração de políticas públicas que inibam essas novas formas de urbanização, as quais estão fazendo surgir uma anti-cidade.

### **3 – São José dos Campos: uma Cidade Fragmentada**

A cidade de São José dos Campos, localizada no estado de São Paulo (figura 1) é a cidade mais importante da região do vale do Paraíba, considerando o processo de industrialização que começou a comandar o crescimento do município depois da década de 1950, produzindo um crescimento sem um controle rigoroso do governo local. Este processo acelerou-se depois da década de 1950, com a inauguração da rodovia Presidente Dutra, a operação do CTA (Centro Técnico Aeroespacial) e do INPE (Instituto de Nacional de Pesquisa Espacial). Esta aceleração também foi decisiva no processo de reestruturação da área urbana.

Costa (2001), em seu trabalho sobre a cidade de São José dos Campos, quantificou o processo de crescimento da cidade entre 1953 e 1997. De acordo com a autora, a cidade de São José dos Campos, ainda em 1953, ocupava parte do platô principal, sendo caracterizada por uma ocupação horizontal, em sua totalidade, possuindo uma área de 2,8 km<sup>2</sup> (figura 2).

No ano de 1962, a cidade ocupava uma área de 9,8 km<sup>2</sup>, o que representou um crescimento de 250% entre 1953 e 1962. Nesta época, ainda não se caracterizava como uma cidade industrial, apesar de já terem se instalado várias indústrias multinacionais importantes, tais como a Alparagatas e a General Motors do Brasil. Entre 1953 e 1962, a cidade passou a ocupar o platô principal, completamente e foi sendo adaptada ao seu desenvolvimento industrial dinâmico.

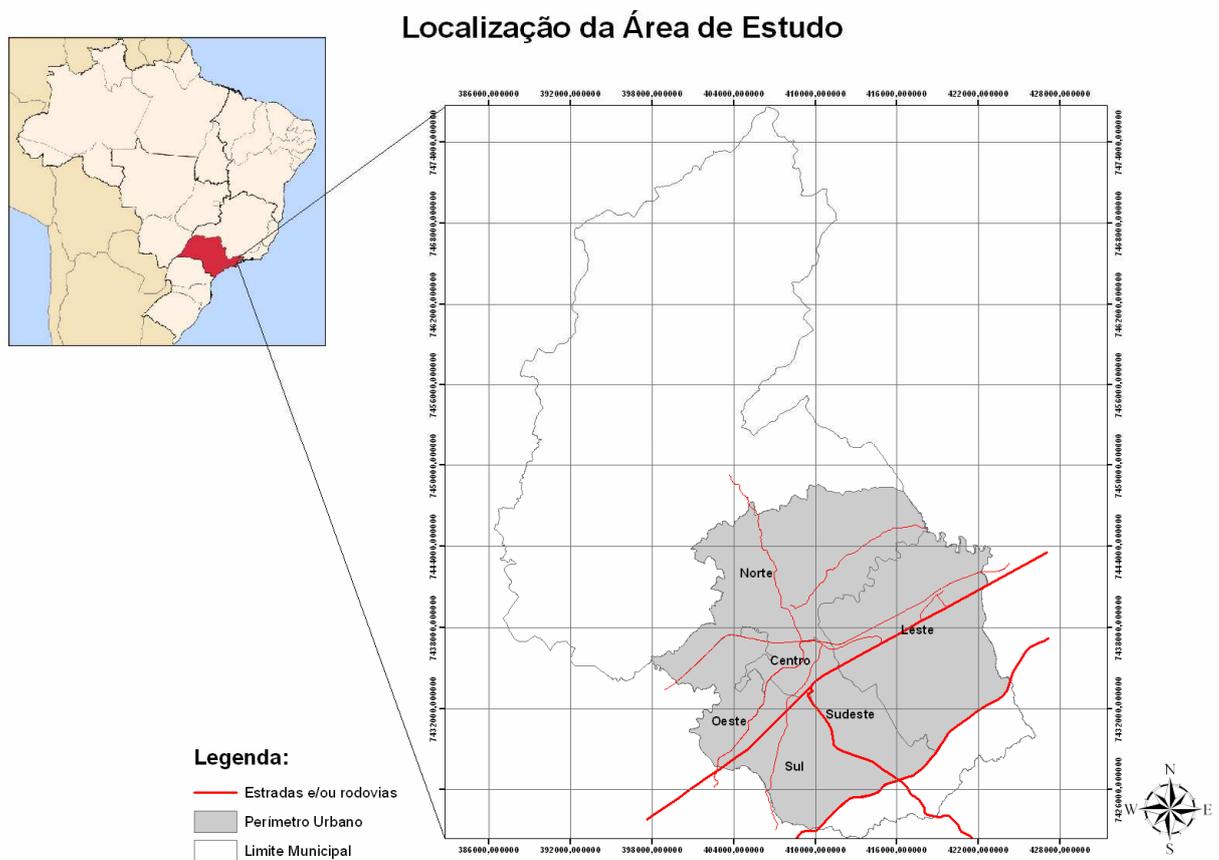


Figura 1 – Localização do município de São José dos Campos

No ano de 1973, a mancha urbana de São José dos Campos ocupava 17,4 km<sup>2</sup>, o que representou um aumento de 77,5% de sua área em relação ao ano de 1962. Neste mesmo ano, a cidade já se encontrava bastante industrializada, possuindo indústrias do porte da Johnson & Johnson, EMBRAER, ENGESA, KODAK e uma refinaria da PETROBRÁS. Sua economia era, predominantemente, dependente do setor industrial.

Durante o período de 1973 a 1985, a taxa de crescimento urbano foi mais significativa em direção à zona Sul. Este crescimento foi incentivado pela lei de zoneamento proposta em 1980, a qual vai direcionar o crescimento da cidade para o setor Sul, definindo aquela área como zona residencial multifamiliar. Surgem alguns projetos habitacionais de baixa renda, criados pelo município para atender à demanda da população excluída (Conjunto D. Pedro I). Ao longo deste período, a área urbana de São José dos Campos cresceu 121,2%, passando a ocupar uma área de 38,5 km<sup>2</sup>. A taxa de crescimento

urbano, durante este período, não foi a maior mas a mais significativa em termos de números absolutos.

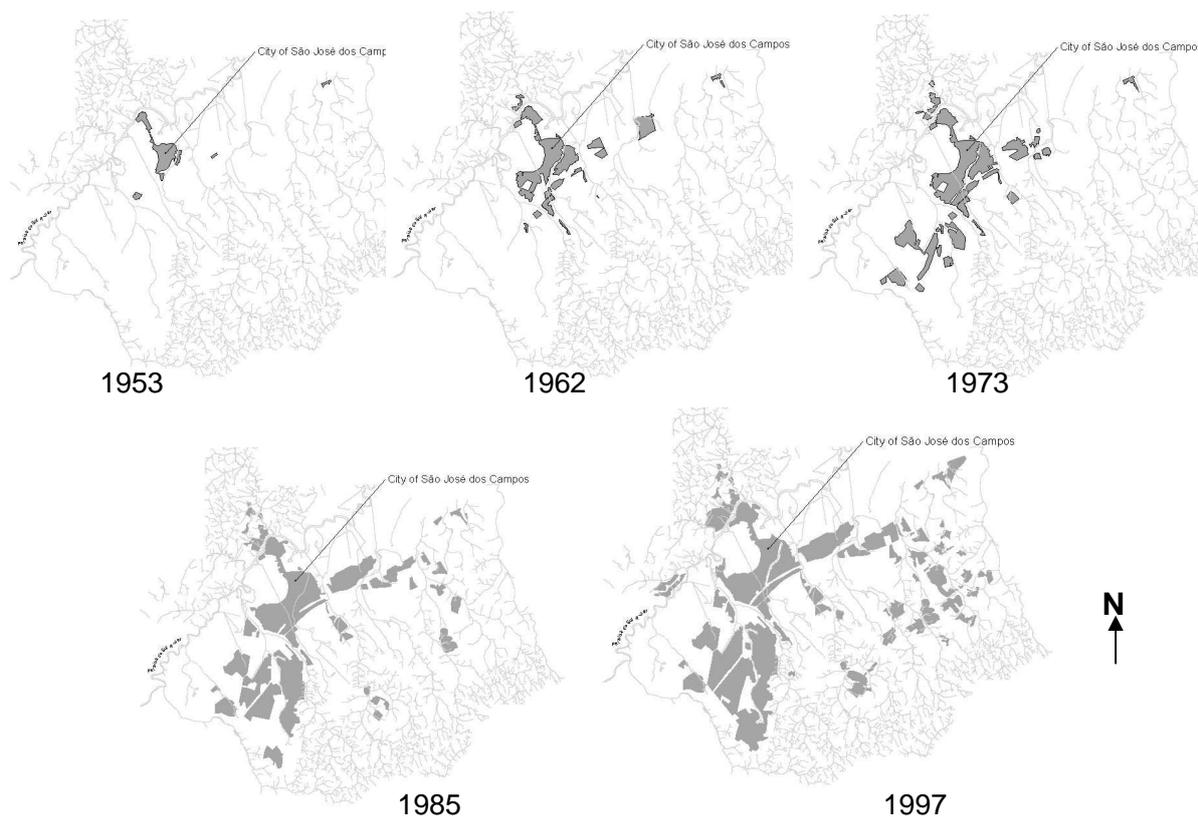


Figura 2 - Representação gráfica do crescimento da cidade entre 1953 e 1997

Entre 1985 e 1997, é possível notar uma diminuição na taxa de crescimento da mancha urbana, a qual passou a ocupar uma área de  $55,6 \text{ km}^2$ , significando um aumento de 44,4%. Esta desaceleração no crescimento da mancha foi causada por problemas econômicos (crise de 80) e, principalmente, por um crescimento urbano vertical maior que o horizontal, conforme estudado por Souza (2000).

Um dos aspectos perceptíveis neste estudo é a característica do crescimento urbano naquele momento. No setor Leste, observava-se uma fragmentação ou descontinuidade da mancha urbana, fenômeno também observado no setor Oeste. Entretanto, as causas de tal

fenômeno em ambas as regiões da cidade são diferentes. No setor Leste há um predomínio de loteamentos destinados à população de baixa renda, assim como loteamentos clandestinos (considerados aqueles que não passaram por aprovação da Prefeitura antes de serem comercializados), o que justifica a descontinuidade urbana. No setor Oeste, esta fragmentação começou a ocorrer na década de 1980, em função do surgimento de loteamentos fechados, destinados à classe de maior poder aquisitivo. Assim, observou-se, nesta pesquisa, o início de um processo que mereceria ser estudado com mais detalhe.

Neste sentido, procedeu-se a um novo mapeamento e a uma análise do processo de crescimento da área urbana que tenha ocorrido após 1997.

#### 4 – O Crescimento da Área Urbana Entre 1997 e 2005

A interpretação dos dados de sensoriamento remoto, obtidos em 1997, 2000 e 2005 possibilitou a elaboração dos croquis temáticos das áreas urbanas, mostrados na figura 3. Estes croquis representam a área ocupada pela cidade de São José dos Campos nos respectivos anos. Na figura 4, observa-se um mapa apresentando a área urbana em 1997 e o crescimento observado até 2005.

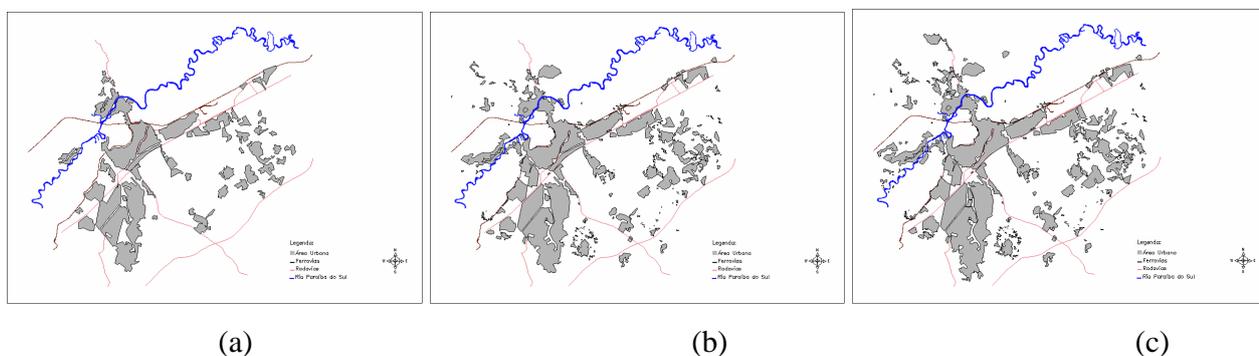


Figura 3 – Área urbana de São José dos Campos em: a) 1997; b) 2000; c) 2005.

De acordo com os resultados obtidos, a cidade de São José dos Campos cresceu, entre 1997 e 2005, aproximadamente  $12,3 \text{ km}^2$ , significando um aumento aproximado da área urbana de 16% (de  $74,9 \text{ km}^2$  para  $87,3 \text{ km}^2$ ), como pode ser observado na figura 5. Este crescimento foi bastante significativo entre os anos de 1997 e 2000, sendo mais intenso, em termos relativos, ao longo deste período, na macrozona Oeste, a qual cresceu, em área, 40% em relação à 1997. Entre 2000 e 2005, pode-se perceber que a macrozona

Norte apresentou a maior taxa de crescimento (em torno de 34%), seguida da macrozona Sudeste, a qual apresentou um crescimento de aproximadamente 18%.

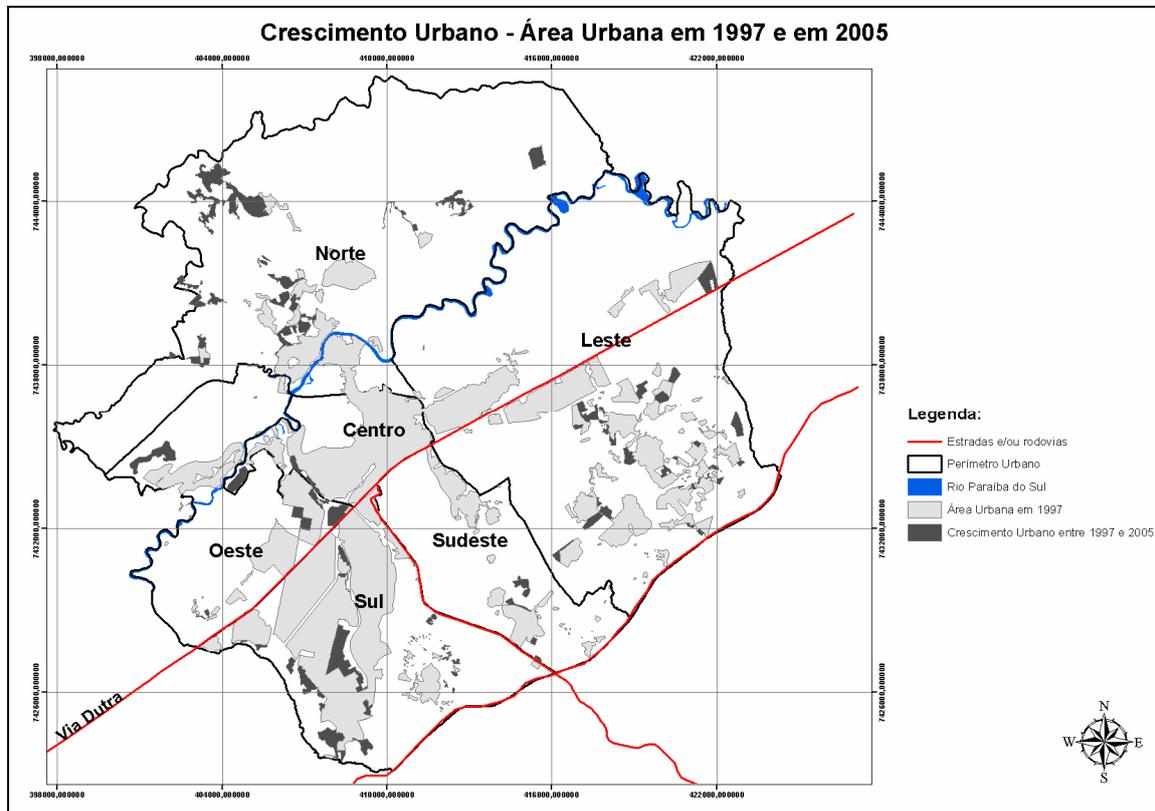


Figura 4 – Área urbana em 1997 e crescimento urbano até 2005

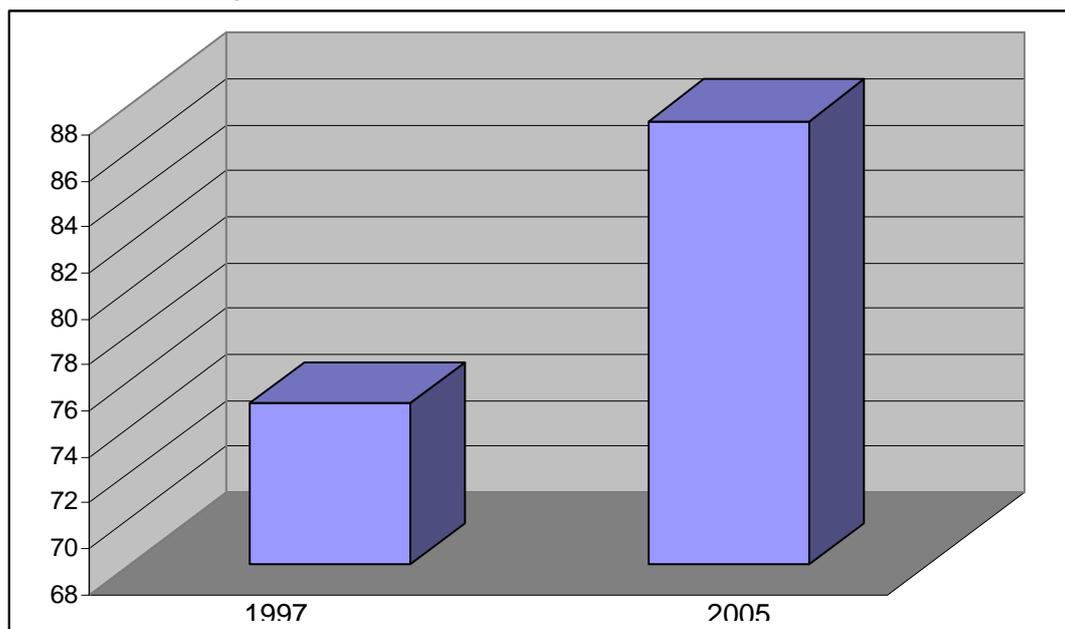


Figura 5 – Gráfico mostrando o crescimento urbano entre 1997 e 2005.

Ao longo do período estudado (1997 a 2005), a macrozona Norte foi a que obteve o maior crescimento urbano (expansão da área urbana) tanto em termos absolutos como relativos. De acordo com as figuras 6 e 7, a macrozona Norte cresceu 4,6 km<sup>2</sup> entre 1997 e 2005, o que significou um aumento de 60,2%. Em proporções, a macrozona Oeste cresceu 20,3%, seguida da macrozona Leste, que cresceu em área 12,4%. Muitas dessas novas áreas, que surgiram ao longo do período estudado, referem-se a loteamentos em processo de implantação, como os apresentados na figura 8. No mapa síntese do crescimento urbano entre 1997 e 2005 (figura 4 e 9) é possível observar duas características em relação a esta expansão da mancha urbana: fragmentação e preenchimento de espaços vazios. Na macrozona Norte e Sul, a maioria dos novos loteamentos está ocupando áreas vazias, em terrenos de declividade maior do que 45°, além dos loteamentos em chácara, que estão surgindo em áreas de declividade igual ou superior a 30°. Na macrozona Oeste, estes loteamentos novos seguem a tendência daqueles surgidos nos anos 1980/90, que se instalaram em colinas e morrotes, distantes dos principais equipamentos urbanos.

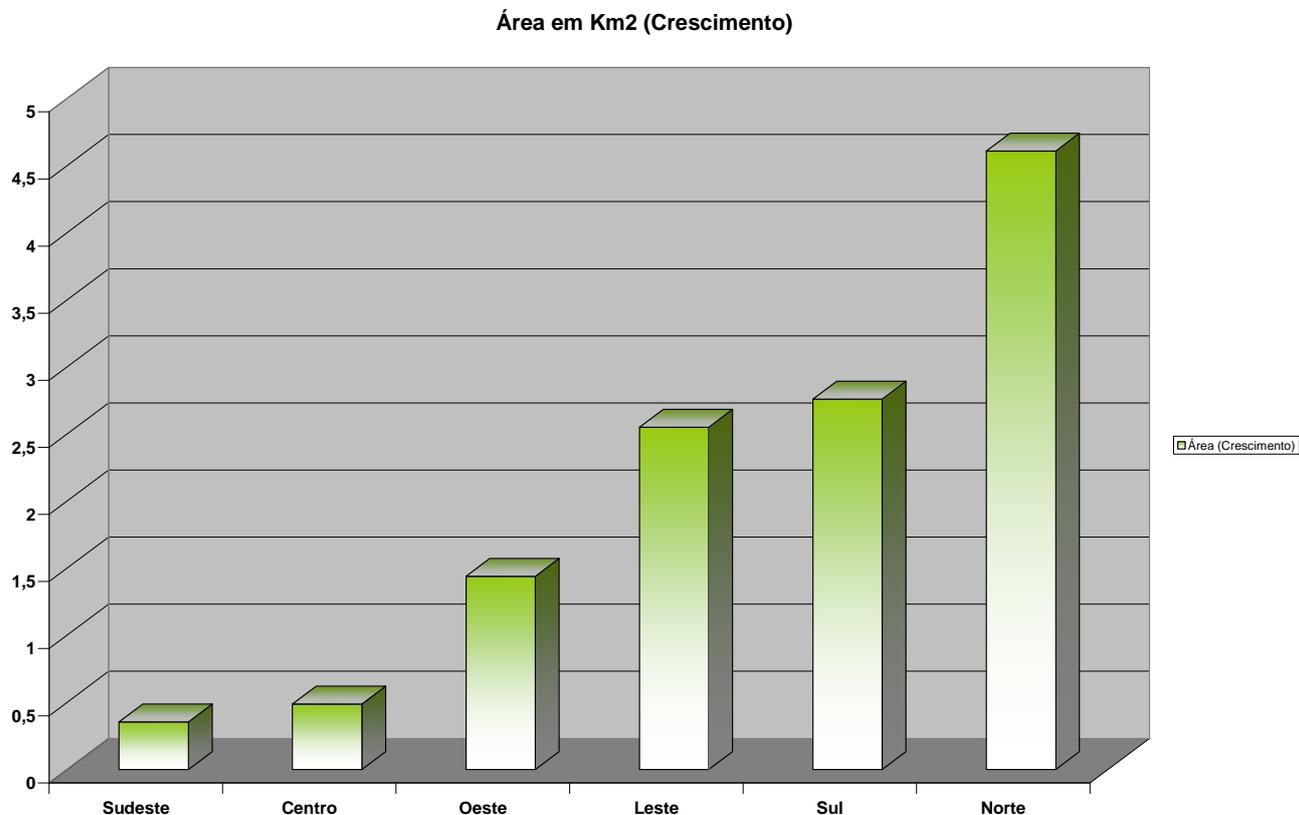


Figura 6 – Crescimento da mancha urbana, entre 1997 e 2005, por macrozona

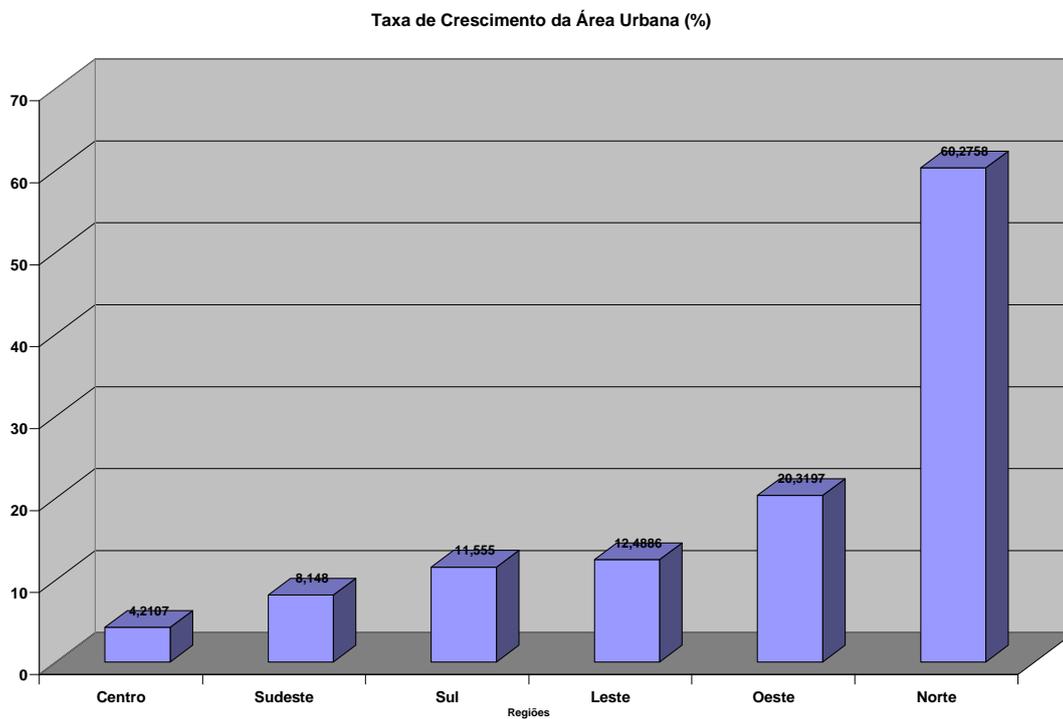
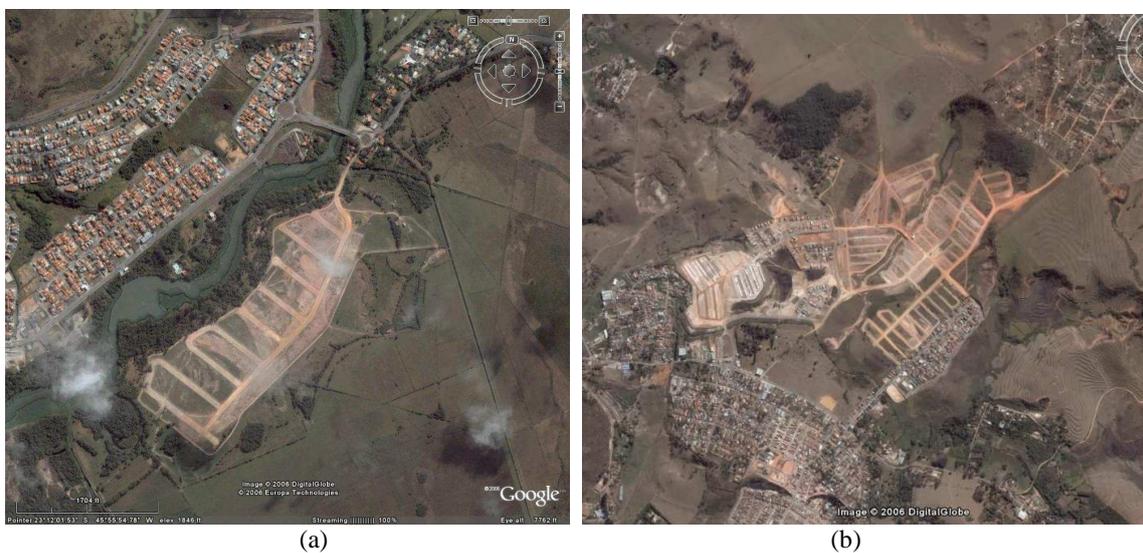


Figura 7 – Taxa de crescimento entre 1997 e 2005



(a)

(b)

Figura 8 – Imagem extraída do Google Earth, mostrando: (a) loteamento Serimbura, zona Oeste; (b) Loteamento Santa Luzia, Zona Sudeste.

Fonte; Google Earth (2006)

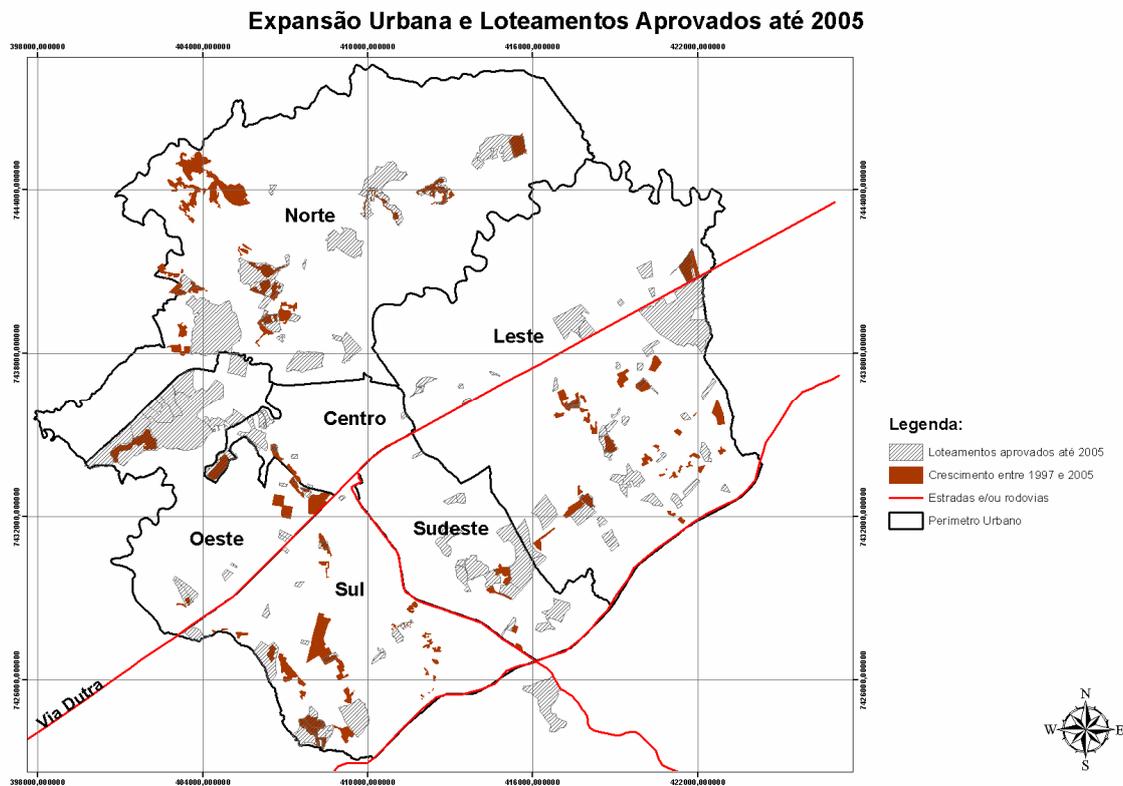


Figura 9 – Expansão urbana e os loteamentos aprovados entre 1997 e 2005

Considerando este mapa (figura 9), pode-se fazer um paralelo com o número de loteamentos aprovados e/ou em processo de aprovação no Município, informações que acenam com um novo quadro urbano Joseense. Estas informações podem ser visualizadas nas figuras 10 e 11.

Como já ressaltado, ao longo do período de 1997 a 2005, as macrozonas Norte e Oeste foram as que mais se expandiram (60% e 20%). Ao longo destes oito anos (figura 10), foram aprovados 38 loteamentos<sup>1</sup>, sendo 24 loteamentos do tipo “C”, destinados à população de baixa renda, e 9 loteamentos do tipo “A” e “CHR – chácaras”, destinados à população com vencimentos iguais ou superiores à 20 salários mínimos. Este resultado denota o surgimento de um novo eixo de crescimento urbano, diferente daquele apresentado entre 1985 e 1997. Conforme já discutido, ao longo do período anterior, a cidade se deslocou em direção às macrozonas Sul e Leste, predominando loteamentos clandestinos (na Leste) e preenchimento de espaços vazios, com condomínios verticais ou

conjuntos habitacionais, com incentivo da Prefeitura (na Sul). Atualmente, este novo eixo, em direção às macrozonas Norte e Oeste, apresenta como característica loteamentos distantes da mancha urbana principal, destinados à classe alta, e loteamentos em áreas comprometidas geotecnicamente, para a classe média baixa.

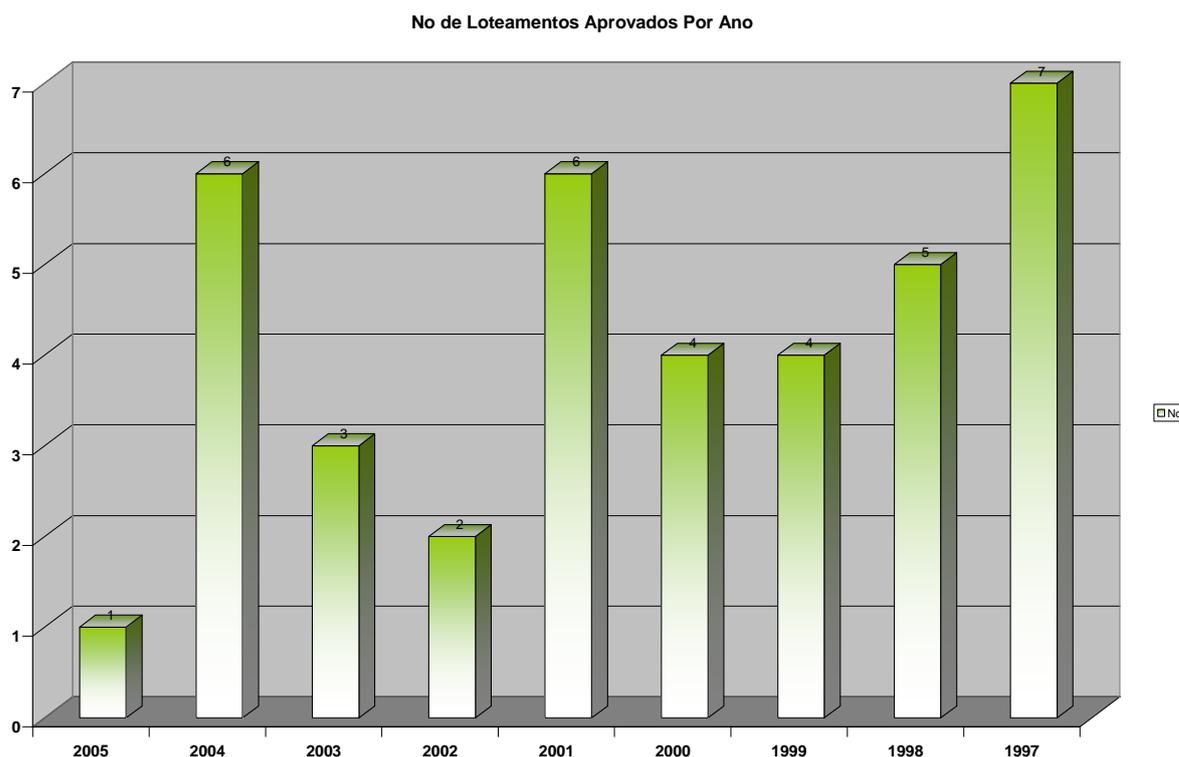


Figura 10 – Loteamentos aprovados em São José dos Campos entre 1997 e 2005

Fonte:PMSJC (2006)

No gráfico da figura 11, observa-se uma predominância dos loteamentos tipo c na macrozona Leste (81%), refletindo a característica sócio-econômica predominante neste área (de acordo com o Censo de 2000, mais de 50% da população recebe de 2 a 5 salários). Os loteamentos destinados à população de maior poder aquisitivo, tipo A e CHR, surgem nas macrozonas Oeste e Norte, sendo que estes loteamentos estão sendo implantados em áreas distantes da mancha urbana contínua, com características de loteamentos de alto padrão, alguns assinados por projetistas renomados, como é o caso do loteamento Espelho D'Água, projetado pelo arquiteto Rui Ohtake, localizado na macrozona Norte, a 15 minutos da área urbana contínua.

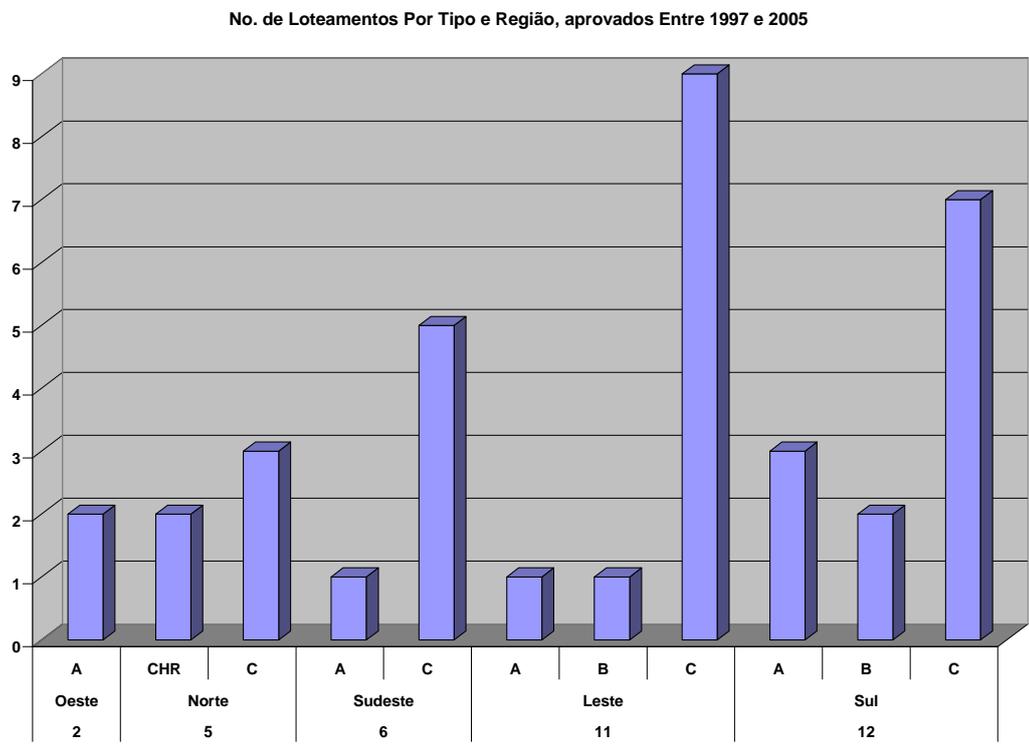


Figura 11 – Tipo dos loteamentos aprovados entre 1997 e 2005, por macrozona  
 Fonte:PMSJC (2006)

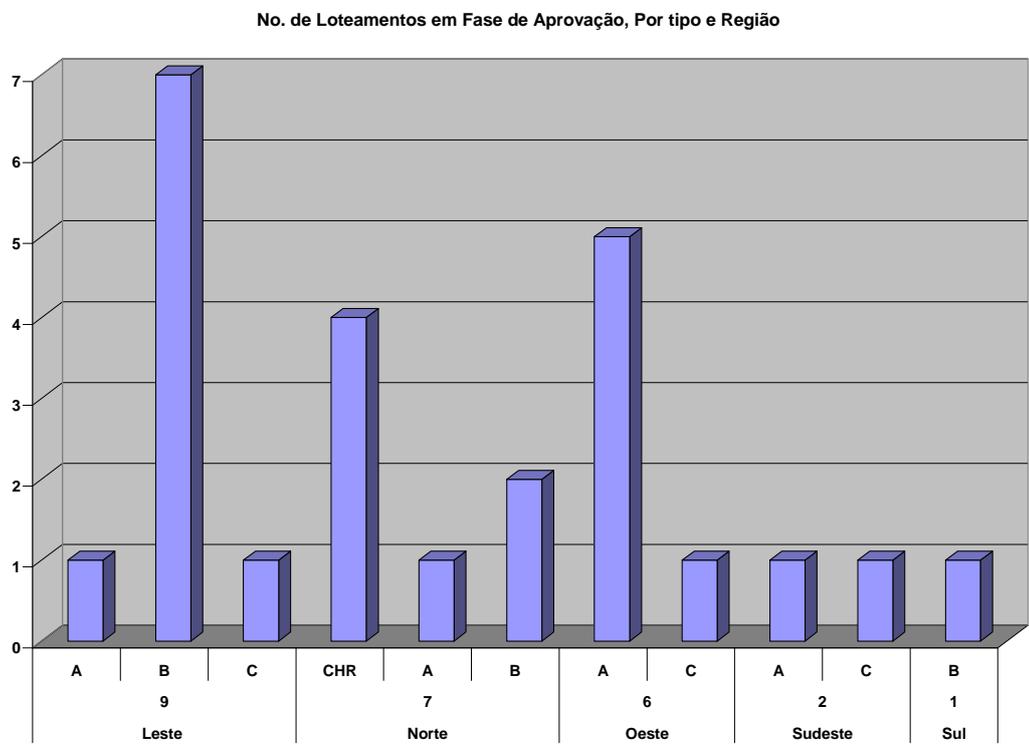


Figura 12 – Loteamentos em fase de aprovação  
 Fonte:PMSJC (2006)

Outro aspecto importante, que reforça esta discussão, diz respeito ao número e tipos de loteamentos questão em fase de aprovação na Prefeitura Municipal (figura 12). De acordo com este gráfico, há 9 loteamentos em fase de aprovação para a macrozona Leste, 7 para a Norte e 6 para a Oeste. Ressalta-se que estudos recentes da própria Prefeitura Municipal, em convênio com o NEPO/UNICAMP, apontam que há uma carência habitacional de 22 mil residências. A aprovação destes loteamentos deveriam tentar contemplar esta população, desde que viessem associados à financiamentos para a população de baixa renda, que representa uma camada significativa da população joseense.

De acordo com o “Atlas das Condições de Vida de São José dos Campos”, de 2003, numa pesquisa realizada numa parceria entre UNICAMP e PMSJC, no município de São José dos Campos 43% dos domicílios apresentam rendimento mensal de até 3 salários mínimos (nos setores Campos dos Alemães, São Francisco Xavier, Favelas e Ocupações Irregulares o percentual de domicílios nesta faixa de rendimentos chega a 70%). Ou seja, seria adequada uma política habitacional voltada para esta parcela da sociedade. Porém, o que se observa é a proliferação de condomínios fechados, distantes da área urbana, fazendo surgir uma cidade segregada e excludente. De acordo com os dados da figura 12, 48% dos loteamentos em fase de aprovação são classificados como “A” e “CHR”, condomínios fechados destinados à população para qual não faltam unidades habitacionais, sendo estes são loteamentos de alto padrão, com lotes de 360 a 6000 m<sup>2</sup>. Os loteamentos do tipo “C” são propostos com lotes de 125m<sup>2</sup> cada.

Um aspecto importante está relacionado à função da Prefeitura. A mesma não estabelece limites físicos muito rígidos a estes empreendimentos. Em contraposição, estimula a criação de novos loteamentos nas áreas distantes da mancha urbana contínua, onde há ou são implantadas obras de água e esgoto, provendo estes locais de infra-estrutura de acessibilidade. Um exemplo é a construção da Perimetral Norte, que ligará as Macrozonas Oeste e Norte ao Anel Viário. Estas iniciativas favorecem aos grandes incorporadores, que utilizam de suas influências no governo para capitalizar beneficiamentos aos seus empreendimentos, assim como fazer surgir uma cidade dispersa e altamente segregada, reafirmando os estudos realizados por Reis (2006), Ottaviano (2006) e Lago (2000).

## **6 – Considerações Finais**

Os resultados apresentados representam uma análise preliminar das informações obtidas. Ainda será elaborado um mapa de declividade e de Áreas de Proteção Ambiental para proporcionar uma idéia mais exata de como este processo de surgimento de novas formas de urbanização no município de São José dos Campos se relaciona com os aspectos ambientais.

O que já se pode perceber é que a cidade tem crescido para áreas ambientalmente frágeis, com diferenças relacionadas à classe social visada pelo empreendimento. Esta diferença se reflete no projeto apresentado, que não oferece grandes áreas de lazer e cuidados quanto à instalação dos lotes frente à declividade. É uma realidade que deve ser compreendida pelo poder público para possibilitar o acesso à qualidade de vida ambiental da forma mais igualitária possível.

Assim, conforme já discutido anteriormente, a lógica do mercado de terra em São José dos Campos define a ocupação do espaço, ou seja, as pessoas são providas por direitos diferentes ao acesso à qualidade ambiental em função da capacidade social, o que ocasiona uma desigualdade ambiental.

## **Agradecimentos**

Os autores agradecem à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo apoio financeiro fornecido à esta pesquisa e à Imagem Sensoriamento Remoto por ter cedido a imagem SPOT, de 2005, utilizada neste trabalho.

## **Notas:**

[1] De acordo com a PMSJC, os loteamentos são classificados em “tipos”: tipo a, com lotes superiores a 250 m<sup>2</sup>, sendo obrigatórias todas as obras de infraestrutura; tipo b, com lotes de 125 m<sup>2</sup>, dispensa pavimentação, guias e sargetas; tipo c, iguas ou inferiores a 125 m<sup>2</sup>,dispensa projetos, pavimentação, guias e sargetas; tipo chácara (CHR), exigindo projetos especiais

## Referências Bibliográficas

- BÓGUS, L. M. M., TASCHENER, S. P. A cidade dos anéis: São Paulo In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan:FASE, 2000.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. Contexto, São Paulo, 1994, 98 p.
- CAMPOS FILHO, C.M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. São Paulo: Studio Nobel, 1992.
- COSTA, S.M.F. **Deteção e Avaliação das Mudanças na Estrutura Intra-Urbana da Cidade de São José dos Campos, SP, Utilizando Dados e Técnicas de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento – Uma Análise Multitemporal**. Relatório de Pesquisa. São Paulo: FAPESP, 2001.
- FREITAS, R.N. **Avaliação dos vazios existentes na Macrozona de São José dos Campos, SP, em 2000: um estudo de caso**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de mestrado em Planejamento Urbano da UNIVAP. São José dos Campos: UNIVAP, 2004. 214 p.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- LAGO, L. C. O que há de novo na clássica núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan :FASE, 2000.
- HASSE, John; LATHROP, Richard G. **A Housing-Unit-Level Approach to Characterizing Residential Sprawl**. Photogrammetric Engineering and Remote Sensing, V.69, n. 9, p.1021 – 1030, 2003.
- LEAL, A. C. **Meio Ambiente e urbanização na microbacia do Areia Branca, Campinas, SP**. Tese de Mestrado em Geociências. Rio Claro. UNESP, 1995.
- OTTAVIANO, M. C. L. **Condomínios Fechados na Região Metropolitana de São Paulo: fim do modelo centro rico versus periferia pobre?** In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú, 18 a 22 de setembro de 2006. Campinas: ABEP, 2006. CD Rom.
- SOUZA, M. A. de. A metrópole global? Refletindo sobre São Paulo. In: Souza, M.A. de et al. (orgs). **Metrópole e globalização**. CEDESP, São Paulo, 1999, 254 p.
- SOUZA, A.A.M. de (M. Souza). **Estudo do processo de verticalização na cidade de São José dos Campos, SP**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de mestrado em Planejamento Urbano da UNIVAP. São José dos Campos: UNIVAP, 2000. 163 p.
- REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- SQUIRES, G. Urban Sprawl and the uneven development of metropolitan America. In : Squires, G. (ed). **Urban Sprawl**. Washington, DC: The Urban Institute Press, 2002.